

PLANTÕES: ATÉ QUANDO ESTA INJUSTIÇA CONTRA OS TRABALHADORES?

Mais comum do que pode sugerir a primeira vista, os plantões realizados pelos servidores em diferentes situações, configuram mais uma injustiça das administrações do Judiciário gaúcho



ASSÉDIO MORAL É TEMA DE SEMINÁRIO

Encontro em Passo Fundo, abordou aspectos da saúde e jurídicos.

CIBERATIVISMO

Sem sair às ruas, o ativismo "on line" não vai conseguir mudar o mundo.

PERDAS DA
CATEGORIA

47,85 %

1º DE SETEMBRO DE 2011

A atualidade de Bertold Brecht

O país inteiro vive o momento eleitoral. Bandeiras nas ruas, milhares de papéis com propostas, horário gratuito na TV e pouca paciência para aguentar as idéias mirabolantes tão comuns nesta época. Mas atenção. Este é também o momento de lembrarmos da atualidade do poeta Bertold Brecht (1858 – 1956). Com muita propriedade, no seu poema “O Analfabeto Político”, chama a atenção para a importância do momento. “O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe que o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais”.

Apesar de ter sido escrito há mais de 50 anos, o poema está revestido de atualidade. É a partir do processo eleitoral e de quem escolhemos para nos re-

presentar que definimos que sociedade queremos. É só dar uma olhada para o Congresso para vermos como andarão os projetos que nos interessam, como a PEC 190 e a Convenção 151 da OIT. Para que lado irão as reformas trabalhista, tributária e previdenciária. Segundo o DIAP, a bancada dos trabalhadores hoje é de cerca de 80 parlamentares, enquanto a dos empresários ultrapassa a casa dos 250.

Nas cidades não é diferente. Que Câmaras de Vereadores temos hoje? Nas nossas recentes lutas pela reposição, pelo PCS e pela jornada de sete horas, quem foram os que abriram espaço para os servidores e foram solidários às nossas reivindicações? Não podemos esquecer que para além do nosso local de trabalho, é nas cidades que nossa vida acontece.

Por isso, o momento não é de desligar a TV. É, antes de votar, analisar, buscar conhecer a história dos candidatos. Puxar pela memória não apenas de um mandato, mas de toda uma trajetória política, e identificar quem esteve, ao longo dos anos, efetivamente, do lado da democracia e dos trabalhadores. E, no dia da eleição, fazer a escolha certa.

RÁPIDAS

OTIMISMO

Os brasileiros estão entre os mais otimistas em relação ao futuro da educação. A pesquisa Olhares sobre a Educação Ibero-Americana, divulgada em setembro entrevistou mais de 22 mil pessoas em 18 países da região. No Brasil, para 62% dos entrevistados, a educação vai melhorar, 26% acreditam que ficará no mesmo patamar e 9% avaliam que irá piorar. Entre as prioridades da área estão: melhorar a qualidade das instalações (45%), melhorar a formação do professor (41%), melhorar o salário do professor (29%) e incorporar as novas tecnologias no ensino (28%).

O OUTRO LADO DA COPA

As obras da Copa, tão comemoradas por uns, se tornaram pesadelo para outros. Em nome da urgência, milhares de famílias podem ser removidas de seus locais. Estudos como o “Intervenções Urbanas para a Copa

do Mundo em 2014”, mostra como as obras tratam o espaço público como mercadoria, expulsam comunidades em benefício das zonas “ricas” e de obras que privilegiam o transporte privado. São milhares de famílias que estão na iminência de perderem suas casas, seus empregos, seus amigos, seus espaços de convivência e seus laços de afetividade por causa das propostas de remoção.

ATÉ QUANDO?

Faltam quatro meses para vencer o prazo para a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas ainda não há consenso sobre a mesma. Promulgada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo então presidente Lula, em 2010, a Convenção tem entre seus principais objetivos garantir “processos que permitam a negociação das condições de trabalho entre as autoridades públicas interessadas e as organizações de trabalhadores da função pública”.



Recesso de final de ano na pauta dos servidores

O Sindjus/RS está retomando a pauta dos trabalhadores relacionada ao recesso no final do ano, compreendido entre 20 de dezembro e 06 de janeiro de cada ano. Esta é mais uma das reivindicações dos servidores, que até o momento, não teve a devida atenção das administrações do Tribunal. Posição quase que solitária do TJRS, pois quase a totalidade dos Estados já implementaram o recesso de final de ano. Diferente do entendimento em relação aos advogados, já que tem determinado a suspensão dos prazos para atender a reivindicações da OAB.

Resolução do CNJ

Para atender a esta reivindicação dos trabalhadores, bastaria ao TJ atentar para a Resolução nº 88, de 29 de novembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino. Em seu artigo 1º, por exemplo, deixa claro que “os Tribunais de Justiça dos Estados poderão, por meio de deliberação do Órgão Competente, suspender o expediente forense no período de 20 de dezembro a 6 de janeiro, garantindo o atendimento aos casos ur-

gentes, novos ou em curso, através de sistema de plantões”.

Sem impactos financeiros

Assim como a jornada de sete horas e a data-base, a medida, se adotada pelo Tribunal não teria impacto financeiro, mas faria uma importante diferença na vida dos trabalhadores.

Frente a brutal sobrecarga de trabalho, a constante pressão por metas e a sobre-jornadas de trabalho a que estão cotidianamente submetidos os trabalhadores do Judiciário, o recesso seria uma forma de

proporcionar um descanso, sem prejuízos dos serviços prestados à sociedade.

O Sindjus-RS mais uma vez, solicitou ao TJRS a implementação do recesso, até porque, a desculpa de que, São Paulo, o maior Estado da Federação, não implementara, não vale mais. A exceção dos gaúchos e os de Rondônia, servidores de todo o país, inclusive os paulistas, terão recesso. Caso ocorra nova negativa, Rio Grande do Sul e Rondônia serão os únicos no país a não cumprir o indicado pelo CNJ.

VEJA COMO É A SITUAÇÃO EM OUTROS ESTADOS:

ESTADO	SINDICATO	RECESSO FIM DE ANO (PERÍODO)	ESTADO	SINDICATO	RECESSO FIM DE ANO (PERÍODO)
AL	SERJAL	23/06 a 01/07 e de 22/12 a 02/01	PA	-	20/12 a 06/01
AC	-	20/12 a 06/01	PB	SINJEP	Tem recesso com período definido a cada ano
AP	SINJAP	20/12 a 06/01	PR	SINDIJUS/PR	20/12 a 06/01
AM	-	28/12 a 02/01	RN	SISJERN	20/12 a 06/01
BA - 1º Grau	SINPOJUD	20/12 a 07/01	RS	SINDJUS / RS	Não tem recesso
BA - 2º Grau	SINTAJ	20/12 a 06/01	RO	SINJUR	Não tem recesso
ES	SINDIJUCIARIO	Não tem recesso, somente rodízios	RR	SINTJURR	20/12 a 06/01
GO	SINDIJUSTIÇA	20/12 a 06/01	SC	SINJUSC-SC	20/12 a 06/01
MS	SINDIJUS-MT	20/12 a 06/01	SP		20/12 a 06/01
MG - 1º Grau	SERJUSMIG-MG	20/12 a 06/01	SE	SINDSERJ-SE	20/12 a 06/01
MG - 2º Grau	SINJUS-MG	20/12 a 06/01	TO	SINSJUSTO	20/12 a 06/01

EXPEDIENTE

Publicação do Sindicato dos Servidores da Justiça do Rio Grande do Sul
Rua Quatro Jacós, 26, Porto Alegre/RS - CEP 90150-010
Fone/Fax (51) 3224.3730 • www.sindjus.com.br – sindjus@sindjus.com.br

Diretoria Executiva: Valter Assis Macedo, Osvaldir Rodrigues da Silva, Iara Besestil, Gilson da Cunha Braga, Valquir Lauermann Spielmann, Luiz Osmar Mendes, Luiz Carlos Passos Filho, Catarina Fátima Amaral Bolzan, Sílvia Regina Pereira Ramos, Carlos Leonel Camargo de Lima, Edson Vargas do Nascimento

Arte e diagramação: Interlig Propaganda
Jornalista Responsável: Nara Roxo (MTb 4436) • **Tiragem:** 4.500 exemplares
Impressão: Gráfica Relâmpago

PLANTÕES: ATÉ QUANDO ESTA INJUSTIÇA CONTRA OS TRABALHADORES?

Mais comum do que pode sugerir a primeira vista, os plantões realizados pelos servidores em diferentes situações, configuram mais uma injustiça das administrações do Judiciário gaúcho

Uma situação histórica de usurpação da mão de obra dos servidores, sem nenhum custo aos tribunais. Situação que, a cada dia traz grandes preocupações aos trabalhadores. A realização de horário extraordinário sem o pagamento de horas extras, sem adicional noturno, e nem mesmo compensação com folgas efetivas, é o que acontece nas comarcas, com exceção de Porto Alegre, que possui cartório de Plantão instalado.

Outros abusos

Além disto, os trabalhadores também são obrigados a usar seu carro, telefone e aparelhos eletrônicos particulares, para se deslocar até a casa dos juízes, inclusive em cidades diferentes da sua lotação e residência. Como se isso não bastasse, os deslocamentos, que não são para o Foro - local de trabalho de juízes e servidores-, são custeados pelos próprios servidores. O TJ não fornece nenhum valor a mais para que os trabalhadores se desloquem, indo e vindo para a casa dos juízes. Pior, tem orientado as direções dos fóruns a informar a data das eventuais folgas, para descontar o auxílio-alimentação, mesmo que o

trabalhador tenha trabalhado horas a fio e inclusive nas madrugadas.

As ditas “folgas” de meio dia, ficam a critério do Juiz ou do acúmulo de serviço, e não pela vontade ou necessi-



Foto: Maria Rosa Junges

Para dar conta do volume de trabalho, servidores são penalizados

dade do servidor.

Sem escolha

Apesar de não estar previsto que os servidores tenham que ir até a casa dos juízes, são obrigados, sob ameaça

de processos administrativos, no caso de contrariedade. Ou seja, assédio moral e até retaliações. Foram relatados casos, até de Promotores ameaçando servidores do judiciário que se negavam a ir até suas residências.

ameaças de bombas e a falta de segurança nos fóruns que depositam armas e outros objetos – muitas vezes são obrigados a sair às ruas na madrugada para realizar as tarefas designadas.

Frente à demanda que cresce no Judiciário gaúcho, com o advento de novas medidas urgentes, como Lei Maria da Penha, Código de Trânsito, aumento vertiginoso da criminalidade, é hora do TJ olhar para estas questões e garantir melhores e mais justas condições de trabalho aos servidores.

Na contramão do CNJ

O TJRS, ao exigir que seus trabalhadores tenham sobrejornada, está na contramão do que buscam os servidores. A categoria busca a jornada de sete horas ininterruptas. Hoje, das 26 unidades da federação, 18 possuem jornadas de seis horas, algumas com dois turnos para atender a demanda.

Além disso, contraria orientação do CNJ, na Resolução 88, em seu artigo 1º, parágrafo 1º, que diz: “o pagamento de horas extras, em qualquer dos casos, somente se dará

Foto: Arquivo Sindjus/RS



Mais um exemplo de volume de trabalho x horários

Foto: Maria Rosa Junges



Poa é o único local do RS com Cartório de Plantões

após a 8ª hora diária, até o limite de 50 horas trabalhadas na semana, não se admitindo jornada ininterrupta na hipótese de prestação de sobrejornada”.

Além da Resolução, o Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Estado do RGS (Lei Complementar nº 10.098/1994), prevê em seu artigo 33, parágrafo 3º, que diz: “pelo serviço prestado em horário extraordinário, o servidor terá direito a remuneração, facultada a opção em pecúnia ou folga, nos termos da lei”. A mesma lógica define o serviço noturno realizado entre 22h de um dia às 5h do dia seguinte, quando cada 60 minutos deve ser computado como 52 minutos e 30 segundos.

Outras categorias, como bancários, médicos, dentistas, operadores de telemarketing, digitadores, enfermeiros, já tem jornada reduzida e reconhecimento como extraordinário, o trabalho realizado após a jornada normal.

Levantamento feito pela Fenajud junto aos esta-

dos demonstrou que somente sete estados têm previsão do pagamento de hora extra e mesmo assim de forma restrita. É bom destacar que o pagamento de hora extra é um direito do trabalhador.

Procedimento no CNJ

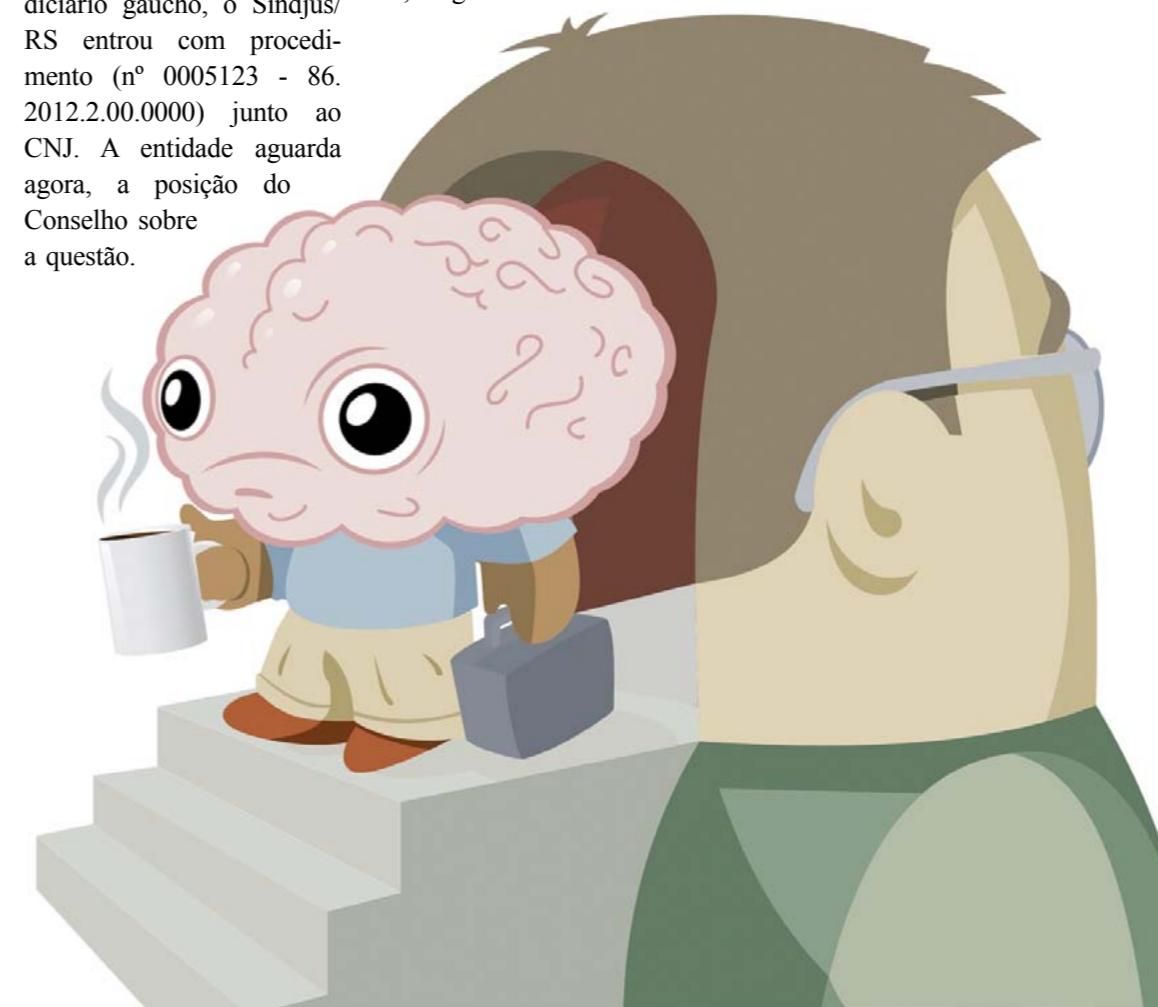
Com vista a regulamentar o serviço de plantão no judiciário gaúcho, o Sindjus/RS entrou com procedimento (nº 0005123 - 86.2012.2.00.0000) junto ao CNJ. A entidade aguarda agora, a posição do Conselho sobre a questão.

No pedido, busca que o órgão determine que o TJRS reformule a regulamentação dos plantões judiciais. Mais uma vez a falta de valorização das administrações do tribunal fala mais alto.

Ações judiciais

A assessoria jurídica do Sindjus/RS, a pedido de um grupo de servidores de Passo Fundo, ingressou

com ações judiciais para cobrar do TJRS, os valores correspondentes as horas extras cumpridas durante os plantões já realizados. Outros servidores entraram com processos judiciais, a partir de discussões que tiveram, diretamente com a assessoria jurídica. Em todos os casos a solicitação é o pagamento pecuniário devido aos servidores.



PCS: TJ opta pelo silêncio

Apesar de já ter recebido mais de uma solicitação do Sindicato para retomar as discussões do PCS a partir da posição dos trabalhadores, a atual Administração do Tribunal, não sinaliza com qualquer avanço.

Os trabalhadores inclusive já entregaram um substitutivo e pedem uma mesa de negociação paritária para construir um projeto que valorize os servidores. A última proposta do TJ, foi rejeitada



Trabalhadores debateram proposta e construíram substitutivo

pela categoria. Principalmente porque retira direitos, promove a desigualdade e o

salários.

Recentemente, o Tribunal construiu, a partir de orientação do CNJ, diretrizes com vistas a valorização da magistratura. Mas em relação aos servidores o descaso tem marcado as gestões quando o assunto é o PCS. Até quando o TJ vai ficar sentado em cima do Plano? Mais uma gestão passará sem que seja constituído um PCS dos trabalhadores e para os trabalhadores?

Seminário Regional em Passo Fundo sobre assédio moral



O Sindjus/RS organizou o Seminário Regional no dia 28 de setembro para debater o Assédio Moral. O tema é extremamente oportuno, especialmente frente às denúncias crescentes que o sindicato vem recebendo, de crescimento da prática dentro do Judiciário.

Em diversas comarcas os trabalhadores vêm sofrendo um intenso processo de assédio, quer com objetivos pessoais, quer pela pressão pelo cumprimento de metas. Esta é mais uma das cruéis face de uma instituição não democrática, que impõe uma brutal sobrecarga de trabalho

e não valoriza os servidores. É importante que os trabalhadores acompanhem este debate e denunciem ao Sindicato qualquer iniciativa de assédio que esteja acontecendo na sua comarca.

Debate no MP

O Sindjus/RS também acompanhou o Seminário Nacional sobre Assédio Moral: Ética, Saúde e Aspectos Legais. O encontro aconteceu nos dias 17 e 18 de setembro, no auditório do MP.

O encontro foi promovido pelo Governo do Estado para debater a prática no serviço público, sob os pontos de vista da saúde do trabalhador e questões jurídicas envolvendo o tema.

Plenária Estadual: “Pela valorização dos trabalhadores do Judiciário”

O Sindjus/RS já está organizando a Plenária Estadual, que acontecerá nos dias 19 e 20 de outubro. Durante o encontro, que terá como tema “Pela valorização dos servidores do Judiciário”, estarão sendo debatidos temas relevantes para os trabalhadores. As principais discussões serão a Lei de greve para os servidores públicos e o papel do CNJ para os trabalhadores do judiciário. Tendo em vista os projetos protocolados no Senado e sua defesa aos trabalhadores, o Sindjus/RS está buscando a presença do Senador Paulo Paim na nossa Plenária. Agende-se e participe.

VIAMÃO

Após inúmeras denúncias e pedidos do Sindicato, os trabalhadores da comarca de Viamão estão todos no mesmo prédio. As Varas Cíveis

foram transferidas para o prédio novo, na avenida Bento Gonçalves, 90, no centro da cidade. O prédio antigo foi desativado.

SÃO GABRIEL

Ação rápida do Sindicato em São Gabriel garantiu aos servidores condições dignas de trabalho. Frente à denúncia de que as obras na comarca estavam sendo realizadas durante o expediente. A entidade entrou em contato com o DEAM e solicitou que as mesmas fossem realizadas após a jornada. O Departamento

analizou a situação e deu retorno, atendendo ao pedido do Sindicato. Assim, as obras estão sendo realizadas fora do horário de expediente, proporcionando o mínimo possível de desconforto, como ruído e poeira, aos trabalhadores e à população.

NOVO HAMBURGO

Os trabalhadores de Novo Hamburgo destacaram um texto publicado pelo advogado Eduardo Pompermaier Silveira na imprensa intitulado “O caos na comarca de Novo Hamburgo”. O advogado destaca o que já foi a comarca e o que é hoje. Relata que “nunca ouviu tantas reclamações de colegas (advogados) como agora”. E segue: “A comarca de Novo Hamburgo, que até pouco tempo atrás era tida como exemplo em comparação com as co-irmãs da região, “degringolou” nos últimos três anos. Ali advogando há quase dez anos, nunca ouvi tantas reclamações de colegas como agora. As razões são as mais diversas: excesso de prazo na conclusão dos autos, demora na juntada de documentos, demora na expedição de notas de expediente, dentre outras. No texto, diz que “por razões políticas o TJRS não “promove” a nossa comarca para a entrância final, deixando de ser comarca apenas de

passagem para os juizes e servidores. Não é crível que Novo Hamburgo, com o volume de processos que tem, ainda seja uma comarca de entrância intermediária. A estrutura é medíocre se comparada ao número de processos existentes. Já deveríamos ter, no mínimo, mais uma vara cível e uma vara da fazenda pública. Noutra linha de intelecção, também o número de funcionários é totalmente incompatível com o volume de processos que tramitam na comarca. Em verdade os funcionários existentes fazem o que podem! Ouve-se que muitos estão ficando doentes e/ou descontentes com a estrutura fornecida pelo TJRS. Em suma a situação é “desesperadora”. Os trabalhadores da comarca sugerem que a OAB deveria, no mínimo apoiar seus associados. Eles defendem que se a maioria dos advogados se manifestassem dessa forma, e não contra os servidores, talvez o TJ tomasse uma atitude mais rápida.

PONTO DE VISTA

Jovem Democracia Brasileira

O Estado Democrático de Direito no Brasil foi restabelecido em 1984, com as eleições indiretas do Presidente Tancredo Neves, que não chegou a tomar posse. Assumi o seu vice, José Sarney. De lá para cá, muitas eleições já foram decididas pela população brasileira.

Assim como a economia e distribuição de renda, bens e riquezas também mudaram nesses últimos anos. São inegáveis os avanços significativos que o Brasil vem conquistando. Porém muito há que ser feito e mudado neste país, para podermos efetivamente dizer que realmente vivemos em um país democrático e com direitos iguais.

Cada cidadão(ã) tem a sua parcela de responsabilidade nesse processo. Isso vale dizer desde o seu comprometimento com a responsabilidade em seu local de trabalho, no meio social onde está inserido e, também, neste momento crucial de escolher aqueles que irão nos representar no parlamento e executivo municipal.

Não podemos nos omitir e deixar que outros decidam por nós. Devemos analisar as propostas, o passado e a ficha de

cada candidato e escolher aqueles que merecem nossa confiança. Além disso, devemos cobrar coerência e acompanhar o que fazem depois de eleitos tais candidatos. Este momento que vivemos, de campanha eleitoral, é oportuno para indagarmos dos candidatos, como se posicionam diante de temas polêmicos que permeiam a sociedade.

Pergunte ao seu candidato sua opinião, por exemplo, sobre o piso nacional dos professores? Sobre a reforma da previdência que se avizinha, no Congresso Nacional, e que ameaça os trabalhadores de todo o país, impondo-nos mais um duro fardo. Qual a posição do candidato sobre esse tema tão polêmico? Qual a opinião do candidato sobre o pagamento de privilégios como 13º e 14º salários aos Deputados e Senadores. Após tire suas conclusões e vote consciente!

“Pelo voto não se serve a um amigo, não se combate um inimigo, não se presta ato de obediência a um chefe, não se satisfaz uma simpatia. Pelo voto a gente escolhe, de maneira definitiva e irrecorrível, o indivíduo ou grupo de indivíduos que vão nos governar por determinado prazo de tempo.”

Olivia Maria Longhi Serafim, Oficiala Escrevente Aposentada, Fórum Regional da Restinga

Os artigos publicados nesta coluna não representam a posição do sindicato e são de inteira responsabilidade de seus autores.



Ativismo Digit@l: das redes para as praças e ruas

Recentemente, países como Grécia, Espanha, Portugal, Inglaterra ou os ativistas que ocuparam Wall Street durante o movimento "Occupy" tinham algo em comum: sintonia nas redes sociais. Manifestações que mobilizaram 100, 200, 300 mil pessoas, tiveram como uma das principais formas de convocação as redes sociais (twitter, facebook, MSN, etc.) e as mensagens por celular.

Entre 2010 e 2011, com forte utilização das redes sociais, inclusive nos países onde o acesso à rede é limitado, movimentos mostraram ao mundo o que acontecia em ditaduras árabes, chegando a derrubar governos.

Mas na América Latina, ao contrário de outras regiões do mundo, os protestos virtuais – o ciberativismo – ainda engatinha quando se trata de mobilizar as massas. Esta foi a conclusão a que chegaram os participantes do simpósio internacional "A Esquerda na América Latina", realizado na USP (Universidade de São Paulo).

Fora das ruas

Apesar de haver uma crescente mobilização virtual, os protestos digitais ainda não conseguiram ganhar as ruas. Para o sociólogo Sérgio Amadeu da Silveira, é necessário compreender o que acontece com a militância e com os organizadores de luta política dentro das redes sociais. Segundo ele, com a alteração nas práticas de comunicação, o desafio agora não é mais falar (a internet é um canal livre), mas ser ouvido. Sérgio acredita que a comunicação em rede abriu espaço para pequenos e importantes atores. Nesse ecossistema, diz, se juntam aos ativistas sociais e hoje o ambiente da internet se transforma em palco para inúmeras lutas.

Guerrilha virtual

No Brasil, o ativismo digital em rede foi estratégico em alguns momentos da história recente do país para fazer o contraponto às informações e opiniões

dominantes na mídia tradicional. O episódio da bolinha de papel atirada contra José Serra, então candidato do PSDB à Presidência da República é um deles. O que a TV Globo mostrou como um "objeto" que exigiu até tomografia do então candidato Serra, foi desmascarado pelos ativistas na internet em poucas horas e todo o mundo viu que o "objeto" era uma bolinha de papel. Há cerca de uma década atrás, valeria apenas a versão "oficial" da mídia tradicional.

Mas apesar disso, especialistas reconhecem que no Brasil, ainda há uma forte influência da TV na formação de opinião. Para eles, quem dita a pauta política no Brasil ainda é meia dúzia de veículos da velha mídia.

Das redes para as ruas

Outra constatação é de que na América Latina, os protestos estão crescendo nas ruas, mas não se transformam em ações de massa nas ruas. São ativistas que espalham as notícias, participam dos debates, mas não saem de casa, uma atitude que ganhou a alcunha de "ativismo de sofá".

Entre as razões apontadas estão o acesso a internet – no Brasil pelo menos metade da população não tem acesso a rede mundial –, a divisão histórica da esquerda brasileira e a apatia política do brasileiro, que acredita na ideia vendida pela mídia de que "político é tudo igual".

Mudar o mundo

O recado do encontro é de que simplesmente apertar um botão não resolve. Curtir a internet sem uma visão crítica também não. Ou seja, sem sair às ruas, o ativismo on line não vai conseguir mudar o mundo, a exemplo dos regimes que derrubaram ditaduras. Começaram na internet, é verdade, mas reuniram milhões nas praças. E foi a partir daí que as mudanças aconteceram.

AGENDA

28.09.2012
Seminário Regional
sobre Assédio Moral,
em Passo Fundo.

Será no auditório da Faculdade de Direito Anhanguera (Rua Paissandu, 1200, Centro). O objetivo é discutir a prática a partir dos pontos de vista da saúde do trabalhador e também as implicações jurídicas.

19 e 20.10.2012
Plenária Estadual
"Pela Valorização
dos trabalhadores do
Judiciário", no City
Hotel, em Porto Alegre.

As comarcas
deverão eleger seus
delegados nos dias
8 e 9 de outubro.

CULTURA

FILMES

Em épocas de Comissão da Verdade, é sempre bom, inclusive para não esquecer, ver filmes que marcaram um dos períodos mais cruéis da história da América Latina. Milhares de pessoas foram mortas pelos regimes militares, pela razão de que lutavam por liberdade e democracia. Entre os tantos filmes que podem dar uma pequena mostra do que foi este período, estão os que retratam a época e a resistência na Argentina (Crônica de uma Fuga, Buenos Aires e O Dia em que Eu Não Nasci), no Brasil (Pra Frente Brasil e Nunca Fomos Tão Felizes) e no Chile (A Batalha do Chile e A Casa dos Espíritos).

BALANCETE 2012

REFERENTE AO PERÍODO DE 01 DE MARÇO DE 2012 A 30 DE JUNHO DE 2012

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERAVIT REFERENTE AO PERÍODO DE 1 DE MARÇO DE 2012 A 30 DE JUNHO DE 2012

RECEITAS SOCIAIS	464.382,56
Receitas de Associados	464.382,56
RECEITAS FINANCEIRAS	506,14
Despesas Recuperadas	506,14
VENDA DE BENS DO IMOBILIZADO	308,00
Móveis e Utensílios	308,00
TOTAL DAS RECEITAS	465.196,70
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	204.741,75
Água	775,70
Ajuda de Custo	44.006,53
Asses. Imprensa e Comunicação	12.984,10
Assinaturas-Jornais, Revistas e TV a Cabo	640,02
Auditórios	550,00
Cartório	204,02
Condução	101,00
Correios	28.587,72
Despesas Diversas	3.225,66
Energia Elétrica	1.104,88
Lutar é Preciso	10.599,95
Fotocópias	658,64
Impostos e Taxas Diversas	1.138,42
Material de Expediente	4.745,64
Publicações Legais	1.062,40
Refeições	510,71
Seguros	4.003,28
Serviços de Terceiros – PF	4.247,72
Serviços de Terceiros-PJ	75.021,30
Telefone	9.667,18
Veículos	906,88
DESPESAS COM PESSOAL	34.899,49
Salários	16.843,86
FGTS	1.760,83
Auxílio Creche	3.203,76
Auxílio Alimentação	3.870,24
Assistência Médica	970,22
Vale Transportes	2.520,86
Previdência Social	4.066,41
Adic. Insalubridade	753,59
Hora Extra	461,46
PIS	366,71
Repouso Remunerado	81,55
DESPESAS FINANCEIRAS	497,79
Multa e Juros	123,20
IOF	0,85
Despesas Bancárias	373,74
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	218.531,86
Diversos Eventos	123.599,67
Material Promocional-Sindjus	65.805,68
Cursos	21.028,58
Fenajud	8.097,93
TOTAL DAS DESPESAS	458.670,89
PATRIMÔNIO	6.525,81
Superavit do Trimestre	6.525,81
TOTAL GERAL	465.196,70

BALANÇO ENCERRADO EM 30 DE JUNHO 2012

ATIVO	
ATIVO CIRCULANTE	169.238,47
DISPONIVEL	132.146,41
CAIXA GERAL	21.137,48
Caixa Sede	21.137,48
BANCOS CTA MOVIMENTO	111.008,93
Banrisul S. A.	111.007,98
Caixa E Federal	0,95
CRÉDITOS	37.092,06
Impostos a recuperar	5.345,42
Empréstimos	29.746,64
Outros Créditos	2.000,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	204.846,18
INVESTIMENTOS	8.771,68
Ações - CRT	8.771,68
IMOBILIZADO	196.074,50
Biblioteca	3.672,04
Equipamentos de Informática	118.205,80
Sistemas	16.560,20
Móveis e Utensílios	106.747,07
Veículos	48.000,00
Instalações de Divisórias	1.290,00
Sede	288.089,00
(-) Depreciação Acumulada	(386.489,61)
TOTAL DO ATIVO	374.084,65
BALANÇO ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2012	
PASSIVO	
PASSIVO CIRCULANTE	28.714,50
OBRIGAÇÕES FISCAIS A RECOLHER	120,05
ISSQN a Recolher	4,85
IRF a recolher	115,20
CONTAS A PAGAR	13.594,45
Metrovel Veículos	11.851,00
Intellyone Tec & Serv Ltda	1.743,45
EMPRESTIMOS	15.000,00
Simpe-RS	15.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	345.370,15
Patrimônio Social	338.844,34
	6.525,81
Superavit no Trimestre	
TOTAL DO PASSIVO	374.084,65
+ PATRIMÔNIO LIQUIDO	

Porto Alegre, 30 de junho de 2011.

Valter Assis Macedo - Coordenador Geral
Gilson da Cunha Braga - Tesoureiro

Juares A. G. Olympio

CRC/RS 41.388.04 - CIC: 199.815.620-68

Rua Quatro Jacós, 26 • Fone: 51 3224.2452

Fax: 51 3224.3730 • Porto Alegre - RS

www.sindjus.com.br

